

## **APARATOS E APARÊNCIAS DA LUSOFONIA: OS SAPATOS SUJOS E SEUS LABIRINTOS**

Rui Jacinto<sup>1</sup>

O arguto olhar que Eduardo Lourenço lançou sobre Portugal e a condição de ser português, quatro anos volvidos sobre o 25 de Abril, ficou plasmado em *O Labirinto da Saudade* (1978). Só alguém com um sólido conhecimento da nossa cultura secular, suficientemente distante mas apaixonadamente comprometido, podia esboçar tão incisivo retrato do caminho que havíamos percorrido e dos passos que iniciávamos rumo à situação em que actualmente nos encontramos. À medida que se desmoronava a mítica ideia que a simples mudança política, por si só, seria suficiente para desenvolver o país, provámos da nossa habitual bipolaridade que oscila, ciclicamente, entre momentos de euforia e profunda depressão, em que estamos mergulhados desde 2007.

A cada dia que passava a realidade impunha-se mais agreste e fazia sucumbir as mais genuínas e bem intencionadas utopias. Enquanto alguns persistiam em investir muita generosidade na transformação do país, outros rendiam-se ao pragmatismo inspirador duma cultura que o tempo havia de revelar pouco recomendável, pelos valores em que assenta, algumas práticas e os resultados a que nos conduziu. Antigos comportamentos inscritos no nosso código mental, episodicamente adormecidos durante o período imediato a 1974, começaram a emergir e a emitir ténues sinais que só os mais atentos e avisados, como Eduardo Lourenço, estavam habilitados a perscrutar.

Num dos capítulos daquela obra sintetiza uma das nossas peculiares facetas: “somos um povo de pobres com mentalidades de ricos”. Outros traços marcantes da nossa telúrica mentalidade são enunciados em subtítulos: “o trabalho é para o preto; o tradicional grito de pouca sorte; o aparato e a aparência; Portugal, uma mina para Freud; para uma transformação da mentalidade; a vocação ostentatória permanece”. A persistência duma vocação ostentatória e excessiva queda para o aparato e a aparência levou-o a um eloquente epílogo: “Todavia alguém tem de pagar, cedo ou tarde, o preço que a aparência exige para ter um mínimo de realidade. Esse alguém é bem conhecido: chama-se povo, o povo que efectivamente trabalha e para quem, como escrevia Goethe, a maioria das revoluções que se fazem em seu nome não significam mais que a possibilidade de mudar o ombro para suportar a costumada canga”. Premonitório!

---

<sup>1</sup> Geógrafo. Assistente Convidado no Departamento de Geografia da Universidade de Coimbra. Membro da Comissão Executiva do Centro de Estudos Ibéricos [CEI] em representação da Universidade de Coimbra. Assessor na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro. E-mail: rui.jacinto@iol.pt

Ao reconhecer que “o povo português é um povo trabalhador e foi durante séculos um povo literalmente morto de trabalho”, está a admitir, implicitamente, que este povo, ontem como hoje, nunca viveu acima das suas possibilidades. Mudando de hemisfério verificamos que Mia Couto manifesta preocupações similares quando se refere aos “pobres dos nossos ricos” e expressa a convicção que “a maior desgraça de uma nação pobre é que, em vez de produzir riqueza, produz ricos”. Refere noutro passo que “é urgente reduzir os territórios de vaidade, arrogância e impunidade dos que enriquecem do roubo”.

O desencanto que se abate depois de períodos de forte investimento emocional, pós-revolucionários ou, como neste caso, também pós-colonial, deixou-o transparecer num texto posterior: Moçambique terá dificuldade em vencer os desafios do futuro e entrar “na modernidade com o actual fardo de preconceito”; considera que “à porta da modernidade precisamos de nos descalçar”, que existem “Sete Sapatos Sujos” que necessitamos de deixar na soleira da porta dos tempos novos. Haverá muitos. Mas eu tinha que escolher e sete é um número mágico” (Interinvenções; 2006). Enuncia, como Eduardo Lourenço, alguns pecados que urge superar: “a ideia de que os culpados são sempre os outros e nós somos sempre vítima; a ideia de que o sucesso não nasce do trabalho; o preconceito de que quem crítica é um inimigo; a ideia de que mudar as palavras muda a realidade; a vergonha de ser pobre e o culto das aparências; a passividade perante a injustiça; a ideia de que, para sermos modernos, temos que imitar os outros”.

O processo histórico e as sucessivas guerras, a que não somos totalmente alheios, avolumaram as contradições dum modelo de desenvolvimento que não contribui para esbater desigualdades territoriais e sociais nem combater a pobreza endémica que afecta largos estratos populacionais. A recente descoberta de vastos recursos naturais e a implementação de projectos de envergadura visando a respectiva exploração potenciaram exponencialmente os leves sinais de prosperidade que pairavam no horizonte. A euforia reinante, contudo, não é suficiente para apaziguar tensões latentes e incertezas quanto a um futuro socialmente mais equilibrado, justo e inclusivo. Os focos de violência que surgiam, aqui e além, degeneraram, nos últimos dias, numa escalada que nos trás à lembrança os tempos mais sombrios da guerra civil.

Este novo ciclo económico é marcado pela forte presença, em Moçambique, de empresas brasileiras na área da mineração, exploração de gás natural, petróleo e, imprevisivelmente, até da agricultura. A invasão da savana pelo agronegócio e pela soja é semelhante, na envergadura dos projectos e no tipo de ocupação que lhe está associada, às frentes pioneiras que invadiram o sertão brasileiro e o (des)mataram enquanto remetiam para assentamentos as esparsas populações autóctones e as vastas legiões de retirantes e outros sem terra. Este modelo de desenvolvimento, promovido quase sempre a partir do investimento estrangeiro, fomenta a monocultura, ocupa as zonas mais férteis, como as

localizadas entre Monapo e Cuamba, envolve extensas áreas (14,5 milhões de hectares) e afecta muitas pessoas (4 milhões). O projecto ProSavana, concebido á imagem e semelhança do ProdeSER, programa de desenvolvimento do Serrado brasileiro, irá produzir, fundamentalmente, soja e gado para exportar para os países ricos. Os camponeses terão o destino que tiveram em todo o lado: a troco duma indemnização sempre regateada e insuficiente e em nome duma modernidade duvidosa terão de abandonar as terras dos seus antepassados sem perceber como tamanha maldade lhes foi bater à porta.

Não terão sido estas razões que motivaram a escolha de Moçambique para a última visita do presidente Lula da Silva a um país estrangeiro. Além daqueles negócios, também não é despreciando ter presente o apoio de técnicos brasileiros na implementação da celebrada bolsa família, ou qualquer outro seu sucedâneo, que ajude a mitigar a fome e a pobreza, nem o elevado número de bolsas atribuídas a estudantes moçambicanos para completarem a sua formação no Brasil. A omnipresença deste país não deixará de influenciar um certo modelo económico e social abasileirado que vai fazendo caminho, sugerindo outras comparações, mesmo que simbólicas, como a progressão assustadora da violência urbana (raptos, p. ex.).

O Brasil, embora com outros contornos, também está a aprofundar as suas relações com Angola. A Moçambique, como aos restantes países lusófonos, ligam-nos fortes laços afectivos; as razões do coração não deixarão de ser remetidas, contudo, para um lugar recôndito e romântico pela fria racionalidade económica e uma geoestratégia ditada pelos negócios e pelo mundo empresarial. O mundo está a mudar e a lusofonia também; o eurocentrismo que moldou décadas de relações Norte-Sul está a ser interceptado por um diálogo Sul-Sul que não deixará de criar, no seio da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (PLP), relacionamentos mais abertos e competitivos, logo mais complexos.

Os novos PLP, em geral, e Moçambique, em particular, apresentam um crescimento intenso, embora bastante assimétrico e com desigualdades territoriais, sociais e a pobreza, que ronda 60% neste país, que não param de aumentar. O apregoado desenvolvimento sustentável não é compatível com os seus pilares económicos, sociais e ambientais com indicadores tão díspares nem trajectórias tão divergentes. É natural, nestas circunstâncias, que se avolume o mal-estar e uma revolta silenciosa contamine segmentos da sociedade mais vulneráveis, que ainda detenham alguma capacidade reivindicativa, da polícia e dos antigos combatentes aos jovens que não conseguem emprego, acabando por degenerar, de quando em vez, em convulsões mais violentas.

A pos-globalização será diferente da globalização e não deixará de transportar no seu bojo tensões económicas, sociais, culturais e políticas que culminam, mais cedo ou mais tarde, em conflitos de vária ordem, cujos primeiros sinais se começam a observar: os movimentos sociais ocupam as ruas das cidades brasileiras, as manifestações e raptos, a que

não falta o prenúncio da guerra, proliferam em Moçambique, os conflitos, mesmo que diplomáticos, rebentam entre estados como o que deflagrou, recentemente, entre Portugal e Angola.

Num mundo que parece girar ao avesso da antiga ordem estabelecida só se pode esperar mais incertezas e divergências. Uma Europa à deriva e Portugal a lutar para não naufragar espelham o desencanto que grassa no Norte; apesar de todas as contradições, são ensaiadas experiências enquanto no Sul que aportam, apesar de tudo, algum alento e esperança. Com o Brasil à cabeça, para o melhor e para o pior, o caminho trilhado pela sua economia e a sementeira de iniciativas com forte inovação social são uma boa introdução a qualquer debate que tenha por objectivo encontrar novos caminhos para superar dicotomias e clivagens cada vez mais profundas e gritantes.

O espaço lusófono reparte-se por vários continentes, sobretudo o europeu, o africano e o sul-americano, é rico e diverso em contextos naturais e humanos cujas dinâmicas estão a induzir novas e interessantes geografias que urge acompanhar e monitorizar. A demografia e as mudanças a nível rural e urbano mostram como os PLP do velho e do novo mundo registam evoluções com intensidades e sentidos diferentes. Enquanto Portugal agoniza entre o envelhecimento e o despovoamento de uma parte significativa do seu território, sobretudo o mais rural, a suburbanização das suas cidades regista um ritmo que é inverso ao da desertificação e abandono dos respectivos centros históricos.

Os campos e as cidades do sul conhecem uma realidade bem diversa: a agricultura mostra um vigor que está nos nossos antípodas, enquanto se dinamizam políticas públicas para conciliarem a pequena iniciativa de dimensão familiar com o investimento pesado e projectos de grande escala. O desafio é, pois, conciliar o agronegócio e as *commodities* com a melhoria da agricultura camponesa, menos mercantilista, que provou ser capaz de alimentar e assegurar a subsistência de quem dela depende, quando não é desestabilizada.

O forte êxodo do campo para a cidade provocou uma urbanização esmagadora, fluxo que foi muito influenciado pela guerra que foi no caso de Angola e Moçambique. O repovoamento dos sertões (e das savanas) foi feito por frentes de colonização, sejam agrícola ou doutro tipo, alimentadas por retirantes que fugiam à seca, à fome e às guerras, originando longo do século XX inúmeros aglomerados, que viraram cidades e expandiram a urbanização pelos imensos espaços interiores. Um sistema urbano com esta génese e estruturado por uma rede assimétrica de cidades de pequenas e média dimensão foi incapaz de constituir alternativa à atracção das grandes metrópoles, onde pontifica S. Paulo, pela sua escala desmesurada, e as capitais dos países africanos (Luanda, Maputo ou, mesmo a Praia).

O crescimento urbano foi incapaz de assegurar a expansão controlada da cidade de cimento, não integrou as margens sociais e urbanas permitindo que proliferassem periferias informais desmesuradas, cidades de zinco e caniço que se tornaram extensos

musseques e favelas, comunidades gregárias com forte identidade. As intervenções de requalificação e coesão urbana ensaiadas pelos poderes instituídos não deixam de ser contraditórias, com efeitos colaterais que penalizam os potenciais beneficiários. A erradicação de favelas, musseques e barracas, mesmo quando correspondem a acções genuínas, implicam deslocações para as periferias, quase sempre longínquas, das comunidades envolvidas. Algum ganho relativo em termos de habitação pode não compensar a efectiva perda económica (custo dos transportes) e de qualidade de vida (tempo excessivo gastos em péssimos transportes urbanos).

O mal-estar provocado por este estado de coisas foi a origem da revolta popular de Julho, iniciada em S. Paulo, que instantaneamente se espalhou a todas as cidades brasileiras; embora relevante, os 20 centavos do aumento dos transportes públicos foram o pretexto para denunciar a má qualidade dos serviços públicos (transportes, saúde, ensino). Por outro lado, assistimos em Portugal (Expo 98; Euro 2004, p. ex.), Angola (CAM 20.; Mundial de Hóquei em Patins 2013) e no Brasil (CAM..., Copa do Mundo de Futebol 2014 e Jogos Olímpicos 2016) a utilizar grandes eventos internacionais para justificar a requalificação das principais cidades com infra-estruturas (saneamento, vias, etc.), equipamentos, quase sempre desportivos e ostentatórios, em desfavor dos sociais, e alguns espaços públicos.

A rede de estádios e a cidade olímpica no Rio de Janeiro são o exemplo acabado duma operação urbanística em larga escala, que implica o deslocamento forçado de classes pobres, arrancadas dos seus bairros e das suas casas porque é necessário espaço para a construção de circulares, equipamentos públicos e habitação para classes de alta renda. As antigas favelas ganharam centralidade e, como os retirantes seus antepassados, estes indocumentados acabam por serem deslocados para as periferias. O mesmo destino acaba por ligar estes deserdados urbanos aos agricultores, atrás referidos, expulsos dos seus terrenos ancestrais: *“mudar o ombro para suportar a costumada canga”*.

Nas últimas décadas os valores alteraram-se, as cartilhas ideológicas foram-se esgotando e os modelos de desenvolvimento que orientavam as intervenções públicas perderam as suas referências. Desarmados de ferramentas teóricas e ideológicas não se estranha que alguns se interroguem, entre dúvidas e incertezas, sobre se o antigo "subdesenvolvimento" não será melhor que o modelo de "desenvolvimento" que começa a surgir no terreno. Sem alternativas nem soluções minimamente seguras e consensuais, instalou-se a descrença em estratégias, programas e projectos redentores. Resta reconstruir alternativas a partir do empirismo e dos saberes resultantes do inestimável manancial de experiências, plural e diverso, quase sempre dinamizados pelos movimentos sociais.

Quando tudo parece desabar à nossa volta e conscientes que as velhas soluções são falíveis e não respondem adequadamente aos novos problemas importa ouvir os filósofos

e os poetas sobre outros caminhos, porventura utópicos, pois, “por muito tempo ainda, para nós e para a Europa, seremos uma espécie de reserva de sonho”. Com os seus avisados conselhos compreendemos melhor que “o nosso grande problema, enquanto portugueses, neste fim de século, é integrar a realidade, a banal realidade europeia, com os seus imperativos de **organização**, de **competitividade**, de **invenção**. Sem perder um certo arcaísmo, um certo perfume de vida que se lembra ainda do seu passado rural, vida banhada na doce luz da Finisterra” (Eduardo Lourenço, *A Nau de Ícaro*:59, 1999).

Ensinam-nos que devemos superar e reverter algumas das nossas atitudes, evitar *uma língua chamada “desenvolvimentês”*, que importa reconhecer que “mais do que incentivar um pensamento inovador e criativo, estamos a trabalhar ao nível do que é superficial. Técnicos e especialistas moçambicanos estão reproduzindo a linguagem dos outros, preocupados com o poder agradar e fazer boa figura nos workshops”. Neste jogo de aparências e tão perdidos como qualquer cidadão, “o problema do desenvolvimentês é que só convida a pensar o que já está pensado por outros. Somos consumidores e não produtores de pensamento. (...) A grande tentação de hoje é reduzirmos os assuntos à sua dimensão linguística. Falamos e, tendo falado, pensamos ter agido” (Mia Couto, *Pensatempos*: 2005).

A Europa (Portugal), a América do Sul (Brasil) e a África (onde Angola e Moçambique se destacam) desenham o triângulo, nem sempre equilátero, que estrutura a lusofonia. Com as suas especificidades, problemas e contradições, cada país terá de fazer a sua parte e as respectivas elites, sobretudo os dirigentes políticos, têm de assumir uma atitude eticamente responsável e tecnicamente competente, focados no combate às desigualdades e na promoção da coesão económica, social e territorial. Destes discursos e de boas intenções estará o inferno cheio. Contudo, sem eles é mais difícil mobilizar a sociedade e superar a frustração que se apoderou duma geração que olha angustiada para o futuro sem vislumbrar qualquer sinal de esperança.

Qualquer passo a dar neste sentido implica o humilde reconhecimento que entre as várias formas de pobreza, há “uma que escapa às estatísticas e aos indicadores numéricos: é a penúria da nossa reflexão sobre nós mesmos”. Por isso a importância de conhecer melhor a diversidade da lusofonia, analisar diferenças e analogias, investigar processos de mudança, de desenvolvimento e inovação social que estão a ocorrer nos diferentes países, sem esquecer o inestimável património comum, a língua e a cultura, recurso onde a melhor maneira de o enriquecer será o de o preservar e divulgar.

Não é necessário começar tudo de novo, embora três importantes D’s (democratizar, desenvolver, descolonizar) devam ser repensados à luz dos desafios das próximas décadas. A cooperação é um caminho imprescindível para vencer bloqueios e incompreensões, difundir as melhores práticas que, em diferentes domínios, estão a

acontecer em cada um dos cada país, estratégia onde todos terão de contar, seja Cabo Verde, Guiné e S. Tomé e Príncipe ou Timor, que também terão algo a ensinar.

Sem nunca esquecer a reflexão sábia de Jean Monnet quando, numa fase adiantada da sua vida, lhe foi solicitada uma reflexão sobre o trabalho das sua geração para a construção da futura União Europeia, referiu que, em vez do mercado, da economia e da indústria, “*se tivéssemos de fazer tudo de novo, começaríamos pela cultura*”.